



ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>

ISSN: 2595-1661

Revista JRG de
Estudos Acadêmicos

Suicídios e tentativas de suicídios por intoxicação exógena no Brasil: análise dos dados dos sistemas oficiais de informação em saúde antes, durante e após a pandemia de COVID-19

Suicides and suicide attempts by exogenous intoxication in Brazil: analysis of data from official health information systems before, during, and after the COVID-19 pandemic

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.3424

ARK: 57118/JRG.v9i20.3424

Recebido: 23/05/2026 | Aceito: 26/05/2026 | Publicado on-line: 27/05/2026

Rayane Rodrigues de Oliveira¹

<https://orcid.org/0009-0006-1172-302X>

<https://lattes.cnpq.br/2771728312583046>

Faculdade de Ciências Médicas de Bragança, Pará, Brasil

E-mail: rayanerodrigues88@hotmail.com

Ana Flávia Ricardo de Macêdo Pessoa²

<https://orcid.org/0009-0009-3939-9243>

<https://lattes.cnpq.br/2658587822272778>

Faculdade de Ciências Médicas de Bragança, Pará, Brasil

E-mail: anafla9pessoa@gmail.com

Guilherme Martins Gomes Fontoura³

<https://orcid.org/0000-0001-5430-0728>

<http://lattes.cnpq.br/5540134272404377>

Faculdade de Ciências Médicas de Bragança, Pará, Brasil

E-mail: guilhermefontoura@live.com

Danilo Wladson Nascimento de Araújo⁴

<https://orcid.org/0009-0006-3065-4656>

<http://lattes.cnpq.br/5248374450043478>

Faculdade de Ciências Médicas de Bragança, Pará, Brasil

E-mail: dwna1@hotmail.com

Antônio Alex dos Santos Rodrigues⁵

<https://orcid.org/0009-0003-0034-3337>

<http://lattes.cnpq.br/2562903355783583>

Faculdade de Ciências Médicas de Bragança, Pará, Brasil

E-mail: antonioalex700@icloud.com

Flávio de Oliveira Costa Filho⁶

<https://orcid.org/0009-0001-2778-5253>

<http://lattes.cnpq.br/0491547325099787>

Faculdade de Ciências Médicas de Bragança, Pará, Brasil

E-mail: flavioocf@gmail.com

Diandra Araújo da Luz⁷

<https://orcid.org/0000-0002-9703-2062>

<http://lattes.cnpq.br/2295501597380204>

Faculdade de Ciências Médicas de Bragança, PA, Brasil

E-mail: diandra.luz@afya.com.br



¹ Graduanda em medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Bragança (Brasil).

² Graduanda em medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Bragança (Brasil).

³ Graduando em medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Bragança (Brasil).

⁴ Graduando em medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Bragança (Brasil).

⁵ Graduando em medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Bragança (Brasil).

⁶ Graduando em medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Bragança (Brasil).

⁷ Docente da Faculdade de Ciências Médicas de Bragança (Brasil), Mestre em Ciências Farmacêuticas, Doutora em Neurociências e Biologia Celular.



Resumo

O presente estudo analisou o perfil epidemiológico dos casos de tentativas de suicídio e suicídios por intoxicação exógena notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no Brasil, comparando os períodos pré-pandemia (2018–2019), pandemia de COVID-19 (2020–2021) e pós-pandemia (2022–2023). Logo, trata-se de um estudo epidemiológico retrospectivo, descritivo e quantitativo, baseado em dados secundários do SINAN. Foram avaliadas variáveis sociodemográficas, agentes tóxicos envolvidos, distribuição regional e desfechos clínicos dos casos notificados. Os resultados demonstraram predominância do sexo feminino em todos os períodos analisados, especialmente entre adultos jovens de 20 a 39 anos. Observou-se aumento expressivo dos casos no período pós-pandemia, além da consolidação dos medicamentos como principal agente tóxico utilizado. Os agrotóxicos apresentaram os maiores índices de letalidade, enquanto os produtos de uso domiciliar ganharam relevância no período pós-pandêmico. Também foram identificadas desigualdades regionais e elevada frequência de registros incompletos, evidenciando fragilidades na vigilância epidemiológica. Conclui-se os padrões epidemiológicos das tentativas de suicídio e suicídios por intoxicação exógena no Brasil sofreram alterações expressivas no período pós-pandêmico, o que sugere que o cenário imposto pela pandemia da COVID-19 pode ter intensificado vulnerabilidades sociais e emocionais já existentes. Tal fato reforça a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de saúde mental, vigilância epidemiológica e estratégias preventivas direcionadas aos grupos que tendem a ser mais vulneráveis tanto no cotidiano quanto em cenários de crise, como o que foi experienciado entre os anos de 2020 e 2021.

Palavras-chave: Tentativa de suicídio. Suicídio. Intoxicação exógena. Saúde Pública. Epidemiologia.

Abstract

This study analyzed the epidemiological profile of suicide attempts and suicides by exogenous poisoning reported in the Notifiable Diseases Information System (SINAN) in Brazil, comparing the pre-pandemic (2018–2019), COVID-19 pandemic (2020–2021), and post-pandemic (2022–2023) periods. Therefore, this is a retrospective, descriptive, and quantitative epidemiological study based on secondary data from SINAN. Sociodemographic variables, toxic agents involved, regional distribution, and clinical outcomes of the reported cases were evaluated. The results showed a predominance of females in all periods analyzed, especially among young adults aged 20 to 39 years. A significant increase in cases was observed in the post-pandemic period, in addition to the consolidation of medications as the main toxic agent used. Pesticides presented the highest lethality rates, while household products gained relevance in the post-pandemic period. Regional inequalities and a high frequency of incomplete records were also identified, highlighting weaknesses in epidemiological surveillance. It is concluded that the epidemiological patterns of suicide attempts and suicides by exogenous poisoning in Brazil underwent significant changes in the post-pandemic period, suggesting that the scenario imposed by the COVID-19 pandemic may have intensified pre-existing social and emotional vulnerabilities. This reinforces the need to strengthen public mental health policies, epidemiological surveillance, and preventive strategies directed at groups that tend to be more vulnerable both in daily life and in crisis scenarios, such as that experienced between 2020 and 2021.

Keywords: Suicide attempt. Suicide. Exogenous intoxication. Public Health. Epidemiology.



1. Introdução

O suicídio é um desfecho associado à diversas condições de saúde mental, presente ao longo da história da humanidade e, atualmente, constitui um grave problema de saúde pública. De acordo com estimativas globais, figura como a segunda maior causa de morte, resultando em mais de 700 mil óbitos anualmente (SILVA; MARCOLAN, 2021). No entanto, estima-se que esse número pode ser ainda maior devido à subnotificação e à dificuldade de obtenção de dados precisos sobre essas ocorrências.

Diversos fatores podem influenciar nas taxas de suicídio, incluindo aspectos socioeconômicos, psicológicos e culturais (ALVES PÉREZ; DA ROSA PAULA; MENEZES, 2024). Recentemente a população mundial enfrentou a pandemia da COVID-19, a qual trouxe impactos econômicos e sociais, bem como prejuízos à saúde mental devido tanto ao isolamento social imposto, quanto pelas incertezas do período pandêmico (MALKO DE BOMFIM et al., 2024).

O cenário pandêmico trouxe uma mudança significativa na dinâmica da sociedade, especialmente com a imposição de medidas de isolamento social para controlar a disseminação do vírus (MALKO DE BOMFIM et al., 2024). Até março de 2025, foram registrados 778 milhões casos confirmados de COVID-19 em todo o mundo, com aproximadamente 7,1 milhões de mortes notificadas à OMS, evidenciando a gravidade da pandemia como um problema de saúde global. No Brasil, o cenário foi igualmente alarmante, com 39 milhões de casos confirmados e 716 mil óbitos, colocando o país como o quarto no ranking mundial de mortes pela COVID-19 (OMS, 2025). Além disso, conforme mencionado anteriormente, a pandemia de COVID-19 não só afetou a saúde física da população, mas também exacerbou questões de saúde mental, criando um cenário de maior vulnerabilidade emocional.

A disseminação incessante de informações, tanto pela mídia tradicional quanto pela internet, gerou um ambiente de ansiedade e incerteza, impactando negativamente a saúde mental da população (GARCIA, 2020). O medo do desconhecido, a insegurança quanto ao futuro e as restrições impostas pela pandemia exacerbaram problemas emocionais. Esse cenário afetou tanto indivíduos previamente saudáveis quanto aqueles que já enfrentavam instabilidades psicológicas e mentais, tornando ainda mais evidente a necessidade de cuidados e apoio psicológico durante esse período desafiador (SANTOS, 2024). Outrossim, mesmo com o fim da pandemia, é possível que os distúrbios de emocionalidade deflagrados à época tenham persistido e ainda afetem a qualidade de vida da população (ADORJAN; STUBBE, 2023).

Destaca-se ainda que o período pandêmico foi marcado pela intensificação da medicalização do sofrimento psíquico e pelo aumento expressivo do consumo de psicofármacos no Brasil, especialmente benzodiazepínicos e antidepressivos (FERREIRA et al., 2022; LIMA; SILVA, 2024; GUIMARÃES et al., 2024). O isolamento social, a insegurança emocional e a ampla circulação de informações não qualificadas sobre saúde durante a pandemia favoreceram práticas de automedicação e uso indiscriminado de medicamentos, inclusive para manejo de sintomas como ansiedade, insônia e depressão (LEAL et al., 2024; GARCIA et al., 2020).

Nesse contexto, a ampliação da disponibilidade domiciliar desses fármacos pode ter contribuído para maior exposição a meios potencialmente utilizados em tentativas de suicídio, considerando que os medicamentos constituem um dos principais agentes envolvidos nas intoxicações exógenas autoprovocadas no Brasil (SOARES et al., 2025; BRASIL, 2024). Tal cenário reforça a relevância de investigar a possível interrelação entre pandemia, medicalização, sofrimento psíquico e tentativas de suicídio por intoxicação exógena.



O Brasil é um dos maiores países da América Latina, destacando-se tanto em território, com uma extensão de aproximadamente 8,5 milhões de km², quanto em números populacionais, com mais de 203 milhões de habitantes (IBGE, 2022). O país é dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, cada uma com características distintas. Essas variações, muitas vezes influenciadas por desigualdades socioeconômicas, culturais e o acesso a serviços de saúde, podem refletir de maneira significativa nas taxas de suicídio em diferentes regiões do país (ALVES PÉREZ; DA ROSA PAULA; MENEZES, 2024).

Dessa forma, o suicídio se apresenta como um grave problema de saúde pública, cuja magnitude e características podem ser profundamente afetadas pelos contextos regionais (SOUZA et al., 2022). Conhecer como as diferentes populações são afetadas por fatores disruptores para o suicídio, como uma pandemia, por exemplo, é essencial para que se trabalhe em medidas de prevenção e/ou atenuação dos impactos à saúde mental nessas regiões mais vulneráveis. Para além disso, cruzar os dados de suicídio em um período de crise mundial, com os fatores socioepidemiológicos da população são igualmente importantes para o planejamento de estratégias preventivas.

Diante desse contexto, esse estudo se justifica pela necessidade de investigar a possível relação entre as taxas de suicídio por intoxicação exógena durante a pandemia da COVID-19 e ainda com os fatores socioepidemiológicos. É possível que este período tenha alterado os padrões dessas ocorrências, refletindo novos riscos à saúde mental, principalmente levando-se em consideração a heterogeneidade socioepidemiológica no território brasileiro. Para fins de comparação na mudança deste padrão, este trabalho propõe-se a analisar o perfil das taxas de suicídio nas cinco regiões do Brasil e avaliar a evolução desses casos antes, durante e após o período pandêmico. Destaca-se que este trabalho é pioneiro na comparação dos 3 períodos, tratando especificamente dos de intoxicação exógena associada a casos de tentativa ou de suicídio em todo o território brasileiro. Os trabalhos encontrados realizados até o presente momento avaliam apenas a intoxicação exógena em si e, em geral, de maneira restrita a apenas uma macrorregião do país.

Espera-se identificar variações significativas e obter uma visão mais ampla sobre o impacto da pandemia sobre a saúde mental dos brasileiros e os fatores sociais envolvidos. Ademais, espera-se contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficientes na prevenção e no manejo das tentativas de suicídio, visto que em uma morte por suicídio, há mais de 20 tentativas realizadas (SILVA; MARCOLAN, 2021).

2. Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico retrospectivo, de abordagem quantitativa, realizado no Brasil, utilizando dados secundários de abrangência nacional extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), base de dados de domínio público vinculada ao Ministério da Saúde. A população do estudo foi composta por casos de tentativas de suicídio e suicídios consumados por intoxicação exógena registrados no SINAN entre janeiro de 2018 e dezembro de 2023, totalizando 522.648 notificações.

Foram incluídos apenas os casos confirmados de intoxicação exógena cuja circunstância registrada correspondesse à tentativa de suicídio ou suicídio consumado, com idade igual ou superior a 10 anos. Foram excluídos os casos com circunstância de intoxicação distinta do objeto do estudo, bem como registros duplicados identificados na base de dados. As variáveis coletadas foram organizadas em dois grupos: sociodemográficas e clínico-epidemiológicas. As variáveis sociodemográficas compreenderam sexo, faixa etária, raça/cor e escolaridade. As variáveis clínico-



epidemiológicas incluíram o agente tóxico envolvido, a região geográfica de notificação e o desfecho clínico. Os dados foram estratificados em três períodos distintos para fins comparativos: pré-pandemia (2018-2019), pandemia (2020-2021) e pós-pandemia (2022-2023). Essa organização considerou que os primeiros casos de COVID-19 em território brasileiro foram registrados em 2020 e persistiram ao longo de 2021, embora com medidas restritivas menos rigorosas. Assim, para trabalhar com dados equiparáveis, foram considerados registros de dois anos antes e dois anos depois desse período.

Os dados foram tabulados no software Microsoft Office Excel 365® e analisados por meio de estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas para todas as variáveis categóricas. A comparação entre os três períodos foi realizada por meio de análise de tendência temporal, avaliando variações percentuais nos totais de casos e nas proporções de cada categoria entre os períodos delimitados. Por tratar-se de pesquisa com dados secundários de domínio público, sem identificação dos indivíduos, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme previsto na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional Saúde (CNS).

3. Resultados

Dados sociodemográficos e clínico-epidemiológicos dos casos de suicídio e tentativa de suicídio por intoxicação exógena notificados no SINAN, foram analisados em três períodos distintos: antes da pandemia de COVID-19 (2018-2019), durante a pandemia (2020-2021) e após a pandemia (2022-2023). Em uma primeira subseção, serão apresentados os dados sociodemográficos e em seguida dados clínico-epidemiológicos (toxicantes predominantes em casa período e evolução clínica dos casos).

3.1 Perfil sociodemográfico das notificações para tentativas de suicídio e suicídio notificadas no território brasileiro, nos 3 períodos estudados

Entre os 156.231 casos notificados entre 2018 e 2019, a faixa de 20 a 39 anos apresentou 77.669 (49,7%) dos casos, ou seja, quase metade do total concentrada em um único grupo etário. Adolescentes de 15 a 19 anos somaram 34.777 (22,3%). Um dado que merece atenção é o grupo de 10 a 14 anos, com 10.158 (6,5%). A faixa de 40 a 59 anos respondeu por 29.645 (19,0%) dos casos, e pessoas com 60 anos ou mais por 3.982 (2,5%). O recorte por sexo reforçou uma assimetria que atravessaria todos os períodos, onde 116.464 (74,5%) dos casos eram femininos, contra 39.758 (25,4%) masculinos, com uma proporção de quase 3:1 (três para um). No tocante à raça, a população considerada branca foi a mais prevalente 74.341 (47,5%), seguida pela parda com 54.378 (34,8%).



Tabela 1 - Dados sociodemográficos dos casos de tentativa de suicídio e suicídio por intoxicação exógena notificados ao SINAN, nos períodos pré-pandemia (2018-2019), pandemia (2020-2021) e pós-pandemia (2022-2023), no território brasileiro.

	2018-2019		2020-2021		2022-2023	
	n	%	n	%	n	%
Sexo						
Masculino	39.758	25,4	37.556	25,7	56.238	25,5
Feminino	116.464	74,5	108.675	74,3	163.879	74,4
Em branco/Ignorado	9	0,0	18	0,0	51	0,0
Faixa etária						
10-14 anos	10.158	6,5	10.369	7,1	15.661	7,1
15-19 anos	34.777	22,3	31.480	21,5	44.985	20,4
20-39 anos	77.669	49,7	73.544	50,3	112.025	50,9
40-59 anos	29.645	19,0	27.019	18,5	41.702	18,9
≥60 anos	3.982	2,5	3.837	2,6	5.795	2,6
Escolaridade						
Analfabeto	633	0,4	495	0,3	594	0,3
Ensino fundamental incompleto	25.091	16,1	21.614	14,8	27.761	12,6
Ensino fundamental completo	10.302	6,6	8.773	6,0	12.450	5,7
Ensino médio incompleto	20.044	12,8	17.311	11,8	26.731	12,1
Ensino médio completo	28.179	18,0	27.839	19,0	46.585	21,2
Educação superior	10.512	6,7	9.205	6,3	14.980	6,8
Em branco/Ignorado	61.470	39,3	61.012	41,7	91.067	41,4
Raça/Cor						
Branca	74.341	47,58	66.449	45,4	96.920	44,0
Preta	8.057	5,16	7.876	5,4	12.990	5,9
Parda	54.378	34,81	53.168	36,4	90.207	41,0
Amarelo	1.042	0,67	1.530	1,0	2.601	1,2
Indígena	315	0,20	304	0,2	533	0,2
Em branco/Ignorado	18.098	11,58	16.922	11,6	16.917	7,7
Total	156.231	100,0	146.249	100,0	220.168	100,0

Fonte: Ministério da Saúde/SVSA - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Nota: Pré-pandemia = jan/2018-fev/2020; Pandemia = mar/2020-dez/2021; Pós-pandemia = jan/2022-dez/2023.



Pessoas declaradas pretas somaram 8.057 (5,1%), amarelos e indígenas apareceram em volumes menores, de 1.042 (0,67%) e 315 (0,20%) casos, respectivamente. A escolaridade não foi informada na maioria dos casos, onde 61.470 (39,3%) dos registros estavam em branco ou ignorados. Entre os preenchidos, ensino médio completo liderou com 28.179 (18,0%) dos registros, seguido pelo fundamental incompleto com 25.091 (16,1%) e médio incompleto com 20.044 (12,8%). A educação de nível superior apareceu em 10.512 (6,7%) e analfabetos em apenas 633 (0,4%) dos casos notificados.

No período pandêmico, o número de notificações caiu para 146.249 notificações. Contudo, apesar do número ligeiramente menor de casos, o perfil sociodemográfico pouco se alterou. A faixa de 20 a 39 anos seguiu dominante, com 73.544 (50,3%), respondendo por mais da metade dos casos. O grupo de 10 a 14 anos registrou 10.369 (7,1%), uma ligeira elevação proporcional em relação ao período anterior, enquanto adolescentes de 15 a 19 anos somaram 31.480 (21,5%) casos e a faixa de 60 anos ou mais 3.837 (2,6%). Quanto à categorização por sexo, 108.675 (74,3%) dos registros foram de incidentes com o sexo feminino e 37.556 (25,7%) com o masculino, replicando a distribuição do recorte temporal anterior.

Quanto à raça, a população branca seguiu à frente com 66.449 (45,4%), mas a parda avançou para 53.168 (36,4%), estreitando a diferença. Pretos somaram 7.876 (5,4%), e os registros em branco ou ignorados para essa informação foram 16.922 (11,6%), sendo um quantitativo semelhante ao do período anterior. Por fim, a escolaridade foi omitida em 61.012 (41,7%) registros, proporção ainda maior que o período anterior. Por outro lado, o número de registros de pessoas com escolaridade até o ensino médio completo cresceu para 27.839 (19,0%), enquanto o fundamental e médio incompleto diminuíram, com 21.614 (14,8%) e 17.311 (11,8%) registros, respectivamente. A educação superior apareceu em 9.205 (6,3%) e os analfabetos em 495 (0,3%) dos casos.

O maior número de registros entre os três períodos, ocorreu entre os anos de 2022 e 2023, que obteve 220.168 notificações de tentativa de suicídio e suicídio por intoxicação exógena, com crescimento expressivo frente aos dois anteriores. Apesar da evolução nos números absolutos, não houve uma redistribuição significativa por sexo, onde para o sexo feminino, registraram-se 163.879 (74,4%) casos e para o masculino 56.238 (25,5%), proporção que se manteve praticamente fixa ao longo de seis anos. A faixa de 20 a 39 anos manteve-se como a predominante, com 112.025 (50,9%) registros, seguida de adolescentes de 15 a 19 anos com 44.985 (20,4%), está apresentando um leve recuo proporcional. Para a faixa de 40 a 59 anos registraram-se 41.702 (18,9%) casos. O grupo de 10 a 14 anos atingiu 15.661 (7,1%), maior marca absoluta entre os três períodos e crescimento proporcional contínuo desde a pré-pandemia. Por fim, os casos com 60 anos ou mais chegaram a 5.795 (2,6%), padrão semelhante ao dos anos anteriores. No tocante à raça/cor, observou-se um aumento no número de incidência na população parda, com 90.207 (40,0%), estando bem próxima à população branca, para a qual registrou-se 96.920 (44,0%) casos. Intoxicações envolvendo a população preta somaram 12.990 (5,90%) casos, enquanto os registros em branco ou ignorados caíram para 16.917 (7,7%), enquanto nos anos anteriores esteve em torno de 11%. O nível de escolaridade de ensino médio completo avançou para 46.585 (21,2%) casos, tendo o maior índice entre os três períodos. Já o ensino médio incompleto totalizou 26.731 (12,1%) casos e o fundamental incompleto 27.761 (12,6%). Casos envolvendo pessoas com educação superior chegaram a 14.980 (6,8%) casos e, por fim, os registros sem informação de escolaridade seguiram elevados, perfazendo um total de 91.067 (41,4%).



3.2 Principais agentes tóxicos envolvidos e evolução clínica das tentativas de suicídio e suicídio por intoxicação exógena notificados nos 3 períodos estudados.

No tocante aos dados sobre o agente químico prevalente entres os casos notificados entre 2018-2019, os medicamentos totalizam 123.866 (79,2%) casos, onde a maioria evoluiu com cura sem sequela (n= 100.534; 81,1%). A cura com sequela foi registrada em 1.384 casos (1,1%) (Tabela 02). A perda de seguimento foi registrada para 3.300 casos (2,6%), enquanto registros “ignorado” ou “em branco” foram encontrados em 17.931 (14,4%). A segunda classe de toxicantes mais frequente nas notificações foram os raticidas, com 8.557 casos (5,4%), para os quais a maioria evoluiu também com cura sem sequela (n= 6.342 casos; 74,1%), enquanto a cura com sequela foi notificada para 102 casos (1,1%). Além disso, 259 casos (3,0%) foram classificados como perda de seguimento, enquanto 1.677 registros (19,6%) foram classificados como ignorado ou em branco.



Tabela 2 - Distribuição dos casos de tentativa de suicídio e suicídio por intoxicação exógena segundo os desfechos clínicos e agentes tóxicos mais prevalentes, nos períodos pré-pandemia (2018-2019), pandemia (2020-2021) e pós-pandemia (2022-2023) no território brasileiro.

Período	Agente Tóxico	Ign/Branco	n%	Cura sem seqüela	n%	Cura com seqüela	n%	Óbito por intoxicação Exógena	n%	Óbito por outra causa	n%	Perda de Seguimento	n%	Total
2018-2019	Medicamento	17.931	14,4%	100.534	81,1%	1.384	1,1%	640	0,5%	77	0,06%	3.300	0,06%	123.866 (79,2%)
	Raticida	1.677	19,6%	6.342	74,1%	102	1,1%	170	1,9%	7	0,08%	259	3,0%	8.557 (5,4%)
	Agrotóxico uso agrícola	481	11,8%	3.017	74,5%	62	1,5%	312	7,7%	14	0,3%	163	4,0%	4.049 (2,5%)
	Outros agentes ¹	3.991	20,1%	14.521	73,4%	379	1,9%	350	1,7%	41	0,2%	477	2,4%	19.759 (12,6%)
	Total	24.080		124.414		1.927		1.472		139		4.199		156.231
2020-2021	Medicamento	19.906	17,0%	92.125	78,6%	1.302	1,0%	608	0,5%	90	0,07%	3.057	2,6%	117.088 (80%)
	Raticida	1.428	21,3%	4.832	72,2%	104	1,5%	138	2,0%	15	0,2%	173	2,5%	6.690 (4,5%)
	Agrotóxico uso agrícola	450	13,7%	2.370	72,1%	54	1,6%	244	7,4%	8	0,2%	158	4,8%	3.284 (2,2%)
	Outros agentes ¹	4.316	22,4%	13.632	71,0%	341	1,7%	328	1,7%	56	0,2%	514	2,6%	19.187 (13,1%)
	Total	26.100		112.959		1.801		1.318		169		3.902		146.249
2022-2023	Medicamento	31.331	17,1%	142.800	78,2%	2.125	1,1%	851	0,4%	136	0,07%	5.199	2,8%	182.442 (82,8%)
	Raticida	1.867	22,7%	5.688	69,1%	138	1,6%	211	2,5%	25	0,3%	294	3,5%	8.223 (3,7%)
	Prod. uso domiciliar	696	17,0%	3.131	76,8%	82	2,0%	41	1,0%	8	0,2%	118	2,8%	4.076 (1,8%)
	Outros agentes ²	5.860	23,0%	17.622	69,3%	506	1,9%	646	2,5%	71	0,2%	722	2,8%	25.427 (11,5%)
	Total	39.754		169.241		2.851		1.749		240		6.333		220.168

Fonte: Ministério da Saúde/SVSA – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN Net).

¹ A categoria "Outros agentes" de 2018-2021 compreende: Ign/Branco, Produto de uso domiciliar, Agrotóxico uso doméstico, Agrotóxico uso saúde pública, Produto de uso veterinário, Cosmético higiene pessoal, Produto químico uso industrial, Metal, Drogas de abuso, Planta tóxica, Alimento e bebida e Outro.

² A categoria "Outros agentes" de 2022-2023 compreende: Ign/Branco, Agrotóxico agrícola, Agrotóxico uso doméstico, Agrotóxico uso saúde pública, Produto de uso veterinário, Cosmético higiene pessoal, Produto químico uso industrial, Metal, Drogas de abuso, Planta tóxica, Alimento e bebida e Outro.



Os agrotóxicos figuram como o terceiro grupo de toxicantes mais frequentes, com 4.049 casos (2,5%), os quais também evoluíram em sua maioria para a cura sem sequelas, com 3.017 casos (74,5%), ao passo que a cura com sequelas em 62 casos (1,5%). Chama a atenção o fato de que esses agentes foram responsáveis pela maior proporção de óbitos do período (n= 312; 7,7%). Para essa categoria, 481 registros (11,8%) foram classificados como ignorado ou em branco. Os agentes com menor frequência de notificações foram agrupados como "Outros agentes tóxicos", os quais somaram 19.759 (12,5%) casos, onde a cura sem sequelas aconteceu para 14.521 casos (73,4%) e a segunda maior parcela de casos teve a informação sobre a evolução do caso preenchida como ignorada ou em branco (n= 3.991; 20,1%).

Conforme os dados descritos, em todos os grupos, a cura sem sequelas foi o desfecho predominante, variando entre 73,4% e 81,1%, enquanto a cura com sequelas manteve-se estável e baixa em todos os agentes, entre 1,1% e 1,9%. A letalidade por intoxicação exógena revelou o padrão mais expressivo do período: os agrotóxicos registraram 7,7% de óbitos, valor 15 vezes superior ao observado nos medicamentos (0,5%), configurando uma relação inversa entre volume de casos e gravidade clínica, quanto maior a frequência de notificações, menor a letalidade observada. Os raticidas, por sua vez, apresentaram letalidade de 1,9%, quase quatro vezes maior que a dos medicamentos, apesar de proporções semelhantes de cura com sequelas entre ambos os grupos. Chama atenção ainda que os agrotóxicos agrícolas, sendo o grupo mais letal, apresentaram simultaneamente o menor percentual de registros ignorados ou em branco (11,8%), sugerindo melhor completude de dados justamente onde a gravidade clínica é maior. Em contraste, outros agentes tóxicos e raticidas concentraram as maiores proporções de registros incompletos, acima de 19%.

No período pandêmico, medicamentos também foram os responsáveis pela maioria das intoxicações (n= 117.088; 80,0%). Em relação à evolução clínica, observou-se predominância de cura sem sequelas, com 92.125 casos (78,6%), enquanto a cura com sequelas foi registrada em 1.302 casos (1,1%). Novamente registros com a informação sobre o desfecho da intoxicação ignorado ou em branco figuraram na segunda posição, com 19.906 (17,0%) casos. Os raticidas também permaneceram com a segunda causa mais frequente de intoxicação, representando 6.690 (porcentagem) casos neste período, predominando como desfecho a cura sem sequelas (n= 4.832; 72,2%) e os casos preenchidos como ignorado ou em branco (n= 1.428; 21,3%). Em terceiro lugar, estiveram agrotóxicos, com 3.284 casos (2,2%), dos quais 2.370 (72,1%) evoluíram para cura sem sequelas e, novamente essa categoria foi responsável pela maior proporção de óbitos (n= 244; 7,4%). Houve ainda 450 registros (13,7%) classificados como ignorado ou em branco.

A categoria "Outros agentes tóxicos" (agentes com menor frequência de notificações), totalizaram 19.187 (13,1%) casos, com predominância de cura sem sequelas, com 13.632 casos (71,0%), seguida de 4.316 registros (22,4%) classificados como ignorado ou em branco. Assim, no período pandêmico, o aspecto mais expressivo não foi a ruptura dos padrões, mas sua persistência. A hierarquia de letalidade entre os agentes tóxicos manteve-se praticamente inalterada: os agrotóxicos de uso agrícola continuaram concentrando os desfechos mais graves, com 7,4% de óbitos por intoxicação exógena em um total de 3.284 casos, valor muito próximo ao registrado no período anterior (7,7%), sinalizando que a sobrecarga do sistema de saúde não alterou o perfil clínico desse grupo.

Seguindo os padrões anteriores, medicamentos continuam sendo o agente de maior volume de notificações, com 117.088 casos, embora tenham apresentado redução em relação ao período pré-pandêmico. Apesar dessa queda, o perfil de desfecho

permaneceu estável: a cura sem sequelas correspondeu a 78,6% dos casos e a letalidade manteve-se em 0,5%, praticamente idêntica à fase anterior. Entre os raticidas, contudo, observou-se movimento distinto, a letalidade subiu de 1,9% para 2,0% e, simultaneamente, a proporção de registros ignorados ou em branco avançou de 19,6% para 21,3%, sugerindo deterioração paralela no desfecho clínico e na qualidade do registro. Outros agentes tóxicos, com 19.187 casos, concentraram a maior proporção de ignorados do período (22,4%) e a menor taxa de cura sem sequelas entre todos os grupos (71,0%), o que posiciona esse conjunto como o de maior opacidade informacional no período pandêmico. A relação inversa entre volume de casos e letalidade, já identificada anteriormente, permaneceu ordenada e sem exceções, reforçando sua consistência com padrão estrutural dos dados.

Acompanhando a tendência dos demais períodos, entre os anos de 2022 e 2023 os medicamentos permaneceram como os agentes químicos mais associados às tentativas/suicídio por intoxicação exógena, porém com um aumento substancial, com 182.442 (82,8%) casos notificados, cerca de 46,0% e 54,4% e aumento quando comparado aos períodos de 2018/2019 e 2020/2021, respectivamente. A evolução clínica predominante seguiu como a cura sem sequelas (n= 142.800; 78,2%), seguida de casos ignorados ou em branco para esta informação (n= 31.331; 17,1%). A perda de seguimento (n= 5.199; 2,8%) e cura com sequelas (n= 2.125 casos; 1,1%) foram, respectivamente, o terceiro e quarto mais frequentes registros.

O número de intoxicações envolvendo raticidas também cresceu (n= 8.223; 3,7%), permanecendo como segundo agente causal mais prevalente, evoluindo majoritariamente para a cura sem sequelas, com 5.688 casos (69,1%), com discreto aumento proporcional para os desfechos fatais (n= 211; 2,5%), embora a segunda maior parcela dos registros tenha omitido a informação quanto à evolução (1.867; 22,7%). Um fato que chamou a atenção, foi que no período pós-pandêmico, produtos de uso domiciliar ultrapassaram os agrotóxicos e passaram a ocupar a terceira posição, totalizando 4.076 (1,8%) casos. A maioria evoluiu para cura sem sequelas 3.131 (76,8%), mas destaca-se que foram registrados ainda 82 (2,0%) casos de cura com sequelas e 41 (1,01%) óbitos por esse tipo de intoxicação, o que lança um alerta sobre os cuidados com esse tipo de produtos no ambiente doméstico. Outros agentes tóxicos somaram 25.427 (11,5%) dos casos, com desfecho predominante sendo a cura sem sequelas 17.622 (69,3%), seguido de registros ignorados ou em branco para a informação (n= 5.860; 23,0%) e perda de seguimento (722; 2,8%).

Assim, destaca-se que esse período se diferencia dos anteriores não apenas pela intensificação de tendências já observadas, mas pela reconfiguração do próprio cenário epidemiológico. A mudança mais expressiva foi a ascensão dos produtos de uso domiciliar, que ultrapassaram os agrotóxicos de uso agrícola e passaram a ocupar a terceira posição entre os agentes tóxicos mais frequentes nas tentativas de suicídio, com 4.076 casos. Esse grupo apresentou letalidade de 1,0% e elevada proporção de cura sem sequelas (76,8%), configurando perfil de toxicidade inferior ao dos raticidas e agrotóxicos agrícolas. Medicamentos atingiram o maior volume dos três períodos, com 182.442 casos, expansão considerável em relação ao período pandêmico, enquanto a letalidade recuou levemente para 0,4%, mantendo o padrão de alta frequência com baixa gravidade clínica.

Os raticidas, em sentido oposto, consolidaram uma trajetória ascendente de letalidade ao longo dos três períodos, de 1,9% no pré-pandêmico, passando por 2,0% no pandêmico, até alcançar 2,5% no pós-pandêmico. Outros agentes tóxicos registraram, neste período, seus piores indicadores, a cura sem sequelas caiu para 68,9%, a menor proporção entre todos os grupos e períodos analisados, enquanto os registros ignorados

ou em branco chegaram a 24,0%. Esse conjunto de achados aponta para um cenário em transformação, onde padrões de gravidade e opacidade dos dados se agravam de forma simultânea justamente no período de maior volume global de casos.

4. Discussão

A pandemia de COVID-19 impôs uma série de desafios à saúde pública, uma vez que afetou não apenas saúde física da população, com um potencializador para o adoecimento da saúde mental, perante o cenário vulnerabilidade emocional estabelecido pelo isolamento social, perdas de pessoas próximas, instabilidade financeira etc. (GARCIA, 2020). Conforme mencionado anteriormente, o medo do desconhecido, a insegurança quanto ao futuro e as restrições impostas pela pandemia, afetou tanto indivíduos previamente saudáveis quanto aqueles que já enfrentavam instabilidades psicológicas e mentais (SANTOS, 2024). Um desfecho frequentemente associado aos distúrbios de emocionalidade é o suicídio, cujas taxas, conforme observado na seção de resultados, aumentou expressivamente após o período pandêmico, fato este que nos permite hipotetizar que os impactos sobre a saúde mental produzidos no cenário pandêmico não se restringiram a ele.

Nossos dados mostram que este período parece ter produzido impactos sobre os padrões de tentativa de suicídio por intoxicação exógena no Brasil, mas de natureza distinta do que uma leitura linear de agravamento sugeriria. Os dados analisados revelam vários movimentos distintos. O primeiro impacto identificado é a compressão temporária das notificações durante o período pandêmico. Souza et al. (2022), ao analisarem a tendência de suicídio no Brasil entre 2011 e 2020, identificaram alterações nos padrões de notificação durante o período agudo da crise sanitária, dado convergente com os resultados desta pesquisa. Lima et al. (2024) documentaram redução expressiva nas notificações de intoxicação por raticidas no período pandêmico, reforçando que essa queda não foi específica de um agente, mas um padrão sistêmico. A hipótese mais consistente para explicar essa redução não é a diminuição real do fenômeno, mas a combinação de restrição de acesso aos serviços de saúde, sobrecarga dos sistemas de atendimento e deterioração da qualidade do registro durante a crise sanitária, interpretação sustentada pelo crescimento simultâneo dos registros ignorados ou em branco no período pandêmico (GARCIA et al., 2020; CRUZ et al., 2019).

O segundo impacto, e o mais expressivo em termos de saúde pública, é o efeito rebote documentado no pós-pandêmico. O maior volume de casos de toda a série histórica analisada, com crescimento em todas as faixas etárias e em todas as regiões. Malko de Bomfim et al. (2024) documentam que os impactos do isolamento social sobre a saúde mental não se restringem ao período agudo da crise, mas produzem efeitos prolongados que se manifestam após o fim das restrições, dado que encontra correspondência direta no crescimento expressivo dos casos no pós-pandêmico desta pesquisa. Bulhões et al. (2026) reforçam esse argumento ao documentar elevação das tentativas de suicídio em adolescentes brasileiros associada ao contexto pandêmico, grupo que nesta pesquisa apresentou crescimento consistente, especialmente na faixa de 10 a 14 anos.

Uma terceira movimentação identificada foi a reconfiguração específica do perfil de agentes no pós-pandêmico, com a ascensão dos produtos domiciliares ao terceiro lugar entre os agentes mais frequentes, padrão não previamente descrito na literatura nacional no contexto pandêmico das intoxicações exógenas no Brasil. Esse deslocamento é coerente com o aumento do tempo de permanência nos domicílios durante o isolamento social, que pode ter ampliado tanto a exposição a esses produtos quanto sua familiaridade como meio disponível (MALKO DE BOMFIM et al., 2024). A pandemia efetivamente não

alterou a estrutura subjacente do comportamento epidemiológico. A predominância feminina estável em aproximadamente 74%, a hegemonia dos medicamentos como agente principal, a hierarquia de letalidade entre agentes e a arquitetura da distribuição regional, já discutida anteriormente, permaneceram estruturalmente estáveis nos três períodos. Esses padrões indicam que respondem a determinantes estruturais de gênero, acesso a meios e vulnerabilidade socioeconômica que operam independentemente de contextos de crise (DA SILVA; MARCOLAN, 2021; FREITAS & AMARANTE, 2017; ALVES PÉREZ et al., 2024). A pandemia, nesse sentido, funcionou como amplificador temporário de um fenômeno preexistente, não como seu produtor.

O predomínio feminino nas tentativas de suicídio por intoxicação exógena, estável em aproximadamente 74% nos três períodos, não é um dado novo, mas a confirmação de um padrão estrutural. Da Silva e Marcolan (2021) documentam essa predominância no contexto brasileiro, e o estudo sobre gênero no comportamento suicida reforça que a intoxicação exógena é o método mais frequentemente utilizado por mulheres nas tentativas de suicídio (BAERE; ZANELLO, 2018), ao passo que, no sexo masculino, predominam métodos mais violentos e letais, como enforcamento e armas de fogo (SILVA et al., 2021). O que os dados desta pesquisa acrescentam é a demonstração de que esse padrão não respondeu ao contexto pandêmico. A pandemia não o intensificou nem o atenuou, o que indica que sua determinação é estrutural, ancorada em dinâmicas de gênero que operam independentemente de crises sanitárias.

A faixa de 20 a 39 anos manteve crescimento progressivo nos três períodos, e o aumento expressivo de casos nesse grupo entre o pandêmico e o pós-pandêmico indica que os impactos econômicos, laborais e relacionais da crise se prolongaram além do seu período agudo, afetando de forma particular adultos jovens (MALKO DE BOMFIM et al., 2024). O crescimento consistente da faixa de 10 a 14 anos nos três períodos, com aumento expressivo no pós-pandêmico encontra correspondência direta nos achados de Bulhões et al. (2026), que documentam elevação das tentativas de suicídio em adolescentes brasileiros associada ao contexto pandêmico. Malko de Bomfim et al. (2024) identificam o isolamento social, a ruptura das rotinas escolares e a exposição prolongada a ambientes domésticos disfuncionais como fatores de deterioração da saúde mental em jovens, condições que, nos dados desta pesquisa, coincidem temporalmente com o período de maior crescimento proporcional exatamente na faixa etária mais jovem do estudo.

O crescimento proporcional de indivíduos com ensino médio completo entre os casos notificados, por sua vez, contraria interpretações simplistas que associam as tentativas de suicídio exclusivamente à baixa escolaridade. Esse achado sugere que indivíduos com escolaridade intermediária também constituem grupo vulnerável relevante, especialmente em contextos marcados por instabilidade social, pressão por desempenho e fragilidade do suporte em saúde mental. Estudos recentes apontam que adolescentes e adultos jovens brasileiros passaram a apresentar maior sofrimento psíquico durante e após a pandemia, associado ao isolamento social, à intensificação do uso de redes sociais e à ampliação de inseguranças emocionais e socioeconômicas (BULHÕES et al., 2026; SANTOS, 2024; MALKO DE BOMFIM et al., 2024).

Dados do IBGE (2022) demonstram que importantes desigualdades socioeconômicas e de acesso a oportunidades permanecem distribuídas de forma heterogênea na população brasileira, particularmente entre jovens e populações socialmente vulnerabilizadas. Nesse contexto, os determinantes sociodemográficos estruturais observados nesta pesquisa encontram expressão direta na escolha do agente tóxico. Esta reflexão alinha-se com a reconfiguração racial observada, com crescimento proporcional e absoluto de indivíduos pardos, e queda relativa de brancos ao longo dos

três períodos, é epidemiologicamente relevante. A pandemia afetou de forma desproporcional populações pardas e pretas, por meio do desemprego, perda de renda, superlotação domiciliar e menor acesso a serviços de saúde mental (SANTOS et al., 2024). Por outro lado, a estabilidade dos percentuais de indígenas e amarelos em níveis muito baixos não deve ser interpretada como ausência do fenômeno nessas populações, mas como possível reflexo de subnotificação estrutural associada a barreiras de acesso ao sistema formal de saúde (SANTOS et al., 2024; IBGE, 2022).

No que se refere ao tipo de agente toxicante, os medicamentos mantiveram-se ao longo dos 3 períodos como ator predominante nas ocorrências notificadas, correspondendo a aproximadamente 79% a 83% dos casos nos três períodos. Destaca-se o crescimento progressivo em ambos os sexos, configurando o agente tóxico estruturalmente dominante nas tentativas de suicídio por intoxicação exógena no Brasil. Esse achado dialoga diretamente com o processo de medicalização descrito por Freitas e Amarante (2017), que apontam o acesso ampliado a psicofármacos como fenômeno estrutural da psiquiatria contemporânea, com implicações que extrapolam o campo terapêutico. O estudo sobre intoxicações exógenas por medicamentos no Brasil entre 2008 e 2022 corrobora a tendência de crescimento desse agente ao longo do tempo, indicando que o fenômeno antecede a pandemia e se intensifica no período subsequente (VASSILIEVITCH et al., 2025).

Esse crescimento não pode ser atribuído exclusivamente ao adoecimento mental, encontra substrato adicional no aumento expressivo de prescrição e dispensação de benzodiazepínicos e psicotrópicos durante a pandemia no Brasil (FERREIRA et al., 2022). O maior acesso domiciliar a esses fármacos, potencializado pela crise sanitária, ampliou a disponibilidade do meio nas residências, fator reconhecido de risco para tentativas de suicídio. A participação feminina no uso de medicamentos como agente articula-se com a literatura sobre medicalização do sofrimento feminino, que aponta maior prescrição de psicofármacos para mulheres como padrão estrutural do sistema de saúde (FREITAS; AMARANTE, 2017).

Por outro lado, a relação inversa entre volume de notificações e letalidade é outro achado relevante, do ponto de vista analítico desta pesquisa. Os agrotóxicos (agrícolas), minoritários em termos absolutos, mantiveram letalidade em torno de 7,5% nos três períodos, valor que supera em aproximadamente quinze vezes a letalidade dos medicamentos. Soares et al. (2025), em revisão integrativa sobre tentativas de suicídio por intoxicação exógena no Brasil entre 2012 e 2022, apontam os agrotóxicos como agentes de maior gravidade clínica, dado consistente com os achados desta pesquisa. Frazão et al. (2025) reforçam esse perfil ao documentar a associação entre intoxicação por agrotóxicos e desfechos mais graves no contexto brasileiro. A estabilidade dessa letalidade nos três períodos, incluindo o pandêmico quando o sistema de saúde operou sob sobrecarga, indica que o prognóstico clínico das intoxicações por agrotóxicos é determinado pela toxicidade intrínseca do agente, não pelo contexto assistencial.

Os raticidas constituem o único agente com trajetória ascendente de letalidade nos três períodos analisados, passando de 1,9% no pré-pandêmico para 2,5% no pós-pandêmico, movimento que ocorre simultaneamente ao aumento progressivo dos registros ignorados ou em branco neste grupo. Lima et al. (2024), em estudo de série temporal sobre intoxicações exógenas por raticidas no Brasil entre 2008 e 2022, confirmam que a maioria das circunstâncias de intoxicação por raticidas corresponde a tentativas de suicídio, e identificaram tendência crescente de notificações ao excluir os anos pandêmicos, dado convergente com o crescimento observado no pós-pandêmico desta pesquisa. A elevação progressiva da letalidade por raticidas ao longo dos três

períodos analisados, associada ao aumento de registros ignorados ou em branco, representa um achado relevante desta pesquisa. Esse resultado amplia a compreensão do comportamento recente dessas intoxicações no período pós-pandêmico, ainda pouco explorado na literatura, e reforça a necessidade de monitoramento específico pela vigilância epidemiológica. Além disso, a presença de dados incompletos ou inadequadamente preenchidos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) compromete a confiabilidade das análises epidemiológicas e pode impactar diretamente o planejamento de políticas públicas em saúde (FONTOURA; LUZ, 2024).

Por fim, o pós-pandêmico diferencia-se dos períodos anteriores pela emergência de uma inflexão específica no perfil de agentes. Pela primeira vez, os produtos de uso domiciliar ultrapassaram os agrotóxicos agrícolas, passando a ocupar a terceira posição entre os agentes mais frequentes. Esse deslocamento sinaliza uma mudança no locus de acesso ao meio, com o ambiente doméstico consolidando-se como espaço de maior relevância para as tentativas de suicídio por intoxicação. Soares et al. (2025) e Frazão et al. (2025) documentam transformações no perfil de agentes ao longo do tempo no Brasil, e os achados desta pesquisa estendem essa análise para o período pós-pandêmico, ainda não coberto pela literatura disponível.

O isolamento social prolongado durante a pandemia pode ter contribuído para esse processo ao intensificar o tempo de permanência nos domicílios e ampliar a exposição a produtos de uso cotidiano com potencial tóxico (MALKO DE BOMFIM et al., 2024). Esse padrão é coerente com o conceito de substituição de meios, bem documentado na literatura de prevenção do suicídio, quando o acesso a um agente tóxico é dificultado, seja por regulação, seja por mudanças nas condições de disponibilidade, observa-se migração para agentes mais acessíveis no ambiente imediato do indivíduo (YIP et al., 2022; ZHOU; MOHAMED, 2025). A pandemia de COVID-19, ao intensificar o uso e estocagem de produtos de limpeza e saneamento nos domicílios ao redor do mundo, pode ter ampliado a disponibilidade desses agentes como meio potencial em momentos de crise, favorecendo essa transição (VELEDAR; BABIC; MACAN, 2025).

Ressalta-se que notificação compulsória das tentativas de suicídio no Brasil está formalmente estabelecida desde a Portaria nº 1.271 de 2014, que atribuiu caráter imediato à notificação em até 24 horas, e reafirmada pela Portaria de Consolidação nº 4 de 2017 (BRASIL, 2014; BRASIL, 2017). A existência de marcos regulatórios consolidados, contudo, não se traduz na completude do registro. Os dados desta pesquisa evidenciam que os percentuais de registros ignorados ou em branco cresceram progressivamente na maioria dos agentes e períodos, atingindo 23,1% em outros agentes tóxicos no pós-pandêmico, justamente o período de maior volume global de casos. Esse movimento contraria a expectativa de que o aumento da experiência institucional com a notificação compulsória produziria melhora progressiva na qualidade do preenchimento.

Cruz et al. (2019) identificam os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde no preenchimento da ficha de notificação compulsória, apontando sobrecarga de trabalho, falta de capacitação específica e fragilidades estruturais dos serviços como fatores determinantes das falhas de registro. De Baére (2019) demonstra que as tentativas de suicídio constituem realidade subnotificada mesmo em cenário de obrigatoriedade legal, reforçando que a notificação compulsória é condição necessária, mas insuficiente para garantir a qualidade da informação epidemiológica. A relação inversa entre gravidade clínica e sub-registro, identificada nesta pesquisa, aprofunda esse argumento. O fato de os agrotóxicos agrícolas, os mais letais, apresentarem consistentemente os menores índices de registros ignorados sugere que a urgência clínica ativa protocolos de registro mais rigorosos, enquanto o preenchimento do dado em casos

de menor gravidade imediata responde mais à pressão clínica do que à obrigatoriedade legal (CRUZ et al., 2019).

Garcia et al. (2020), ao discutirem a degradação da qualidade informacional em contexto pandêmico, oferecem quadro interpretativo relevante. A sobrecarga dos serviços de saúde durante crises tende a comprometer não apenas a quantidade, mas a qualidade dos registros produzidos. O achado mais preocupante desta pesquisa, contudo, é que essa deterioração não se reverteu no pós-pandêmico, quando os serviços retomaram sua operação regular, indicando que as falhas de preenchimento não são exclusivamente conjunturais, mas refletem fragilidade estrutural do sistema de vigilância que persiste independentemente do contexto de crise (CRUZ et al., 2019; DE BAËRE, 2019).

Frazão et al. (2025) apontam que a incompletude dos dados do SINAN sobre intoxicações exógenas representa obstáculo persistente à produção de conhecimento epidemiológico robusto no Brasil, e o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2024) reconhece limitações semelhantes no monitoramento da mortalidade por suicídio, sugerindo que o problema é sistêmico. As implicações para a prevenção são diretas, estratégias baseadas em evidências dependem da qualidade e completude dos dados para identificar populações prioritárias, agentes de maior risco e territórios de maior vulnerabilidade, capacidade que fica estruturalmente comprometida quando os registros incompletos superam 20% em categorias inteiras de agentes tóxicos.

Desta forma, é importante salientar que esta pesquisa apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Por tratar-se de estudo baseado em dados secundários do SINAN, os achados estão condicionados à qualidade e completude das notificações registradas. A elevada proporção de registros ignorados ou em branco em variáveis como escolaridade, superior a 39% em todos os períodos, restringe inferências definitivas sobre esse estrato. De Baére (2019) demonstra que as tentativas de suicídio constituem realidade subnotificada mesmo em contexto de notificação compulsória, e Cruz et al. (2019) apontam fragilidades estruturais persistentes no preenchimento das fichas de notificação, o que indica que os dados analisados representam, provavelmente, uma fração do fenômeno real. Apesar dessas limitações, a manutenção de padrões epidemiológicos semelhantes nos períodos pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico reforça a consistência interna dos achados e permitiu interpretações estruturais do fenômeno.

5. Conclusão

A presente pesquisa permitiu responder à questão de investigação ao demonstrar que existe associação entre a pandemia da COVID-19 e alterações nos padrões epidemiológicos dos suicídios e tentativas de suicídio por intoxicação exógena no Brasil entre 2018 e 2023. Contudo, os achados indicam que a pandemia não atuou como causa isolada do fenômeno, mas como fator potencializador de vulnerabilidades estruturais previamente existentes, intensificando desigualdades sociais, sofrimento psíquico e exposição a meios potencialmente letais. Nesse contexto, observou-se redução temporária das notificações durante o período pandêmico, seguida de importante crescimento no período pós-pandêmico, evidenciando que os impactos da crise sanitária sobre a saúde mental permaneceram mesmo após o término das medidas restritivas.

Entre os principais achados, destacam-se a manutenção da predominância feminina nas tentativas de suicídio por intoxicação exógena, o crescimento expressivo dos casos entre adolescentes e adultos jovens no período pós-pandêmico, além da consolidação dos medicamentos como principal agente tóxico utilizado em todos os

períodos analisados. Paralelamente, agrotóxicos agrícolas e raticidas mantiveram os maiores índices de letalidade, enquanto os produtos de uso domiciliar emergiram como importante agente no cenário pós-pandêmico, sugerindo reconfiguração parcial do ambiente de risco e maior centralidade do espaço doméstico nas intoxicações autoprovocadas.

A contribuição deste estudo reside na ampliação da compreensão epidemiológica das tentativas de suicídio e suicídios por intoxicação exógena no Brasil em uma perspectiva temporal comparativa, contemplando os períodos pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico. Além disso, o trabalho evidencia como fatores sociodemográficos, desigualdades regionais, medicalização do sofrimento psíquico e fragilidades do sistema de vigilância epidemiológica interagem na produção e manutenção desse fenômeno. Ao integrar análise epidemiológica, discussão crítica e contextualização social, esta pesquisa oferece subsídios relevantes para o fortalecimento das estratégias de prevenção e vigilância em saúde mental no país.

Como perspectiva futura, torna-se fundamental o desenvolvimento de estudos que aprofundem a análise dos determinantes sociais e psicológicos associados ao comportamento suicida, especialmente entre adolescentes, populações vulnerabilizadas e grupos historicamente invisibilizados pelos sistemas de informação. Da mesma forma, faz-se necessária a ampliação de políticas públicas voltadas à saúde mental comunitária, ao controle do acesso a agentes tóxicos, à qualificação da assistência psicossocial e ao fortalecimento da vigilância epidemiológica, com ênfase na melhoria da completude e confiabilidade dos registros do SINAN.

É imprescindível reconhecer a magnitude do problema, considerando que, para cada morte por suicídio, estima-se a ocorrência de mais de 20 tentativas, conforme destacado por Da Silva e Marcolan. Nesse sentido, dados incompletos, políticas públicas predominantemente reativas e a persistente invisibilidade de grupos vulneráveis configuram obstáculos concretos à prevenção efetiva do suicídio no Brasil. Assim, conclui-se que o comportamento suicida por intoxicação exógena permanece como desafio complexo e contínuo para o sistema de saúde brasileiro, exigindo respostas intersetoriais, territorialmente sensíveis e sustentadas por evidências epidemiológicas robustas. Mais do que um fenômeno intensificado pela pandemia, trata-se de uma problemática estrutural que persiste no cenário pós-pandêmico e que impõe ao sistema de saúde e às políticas públicas a responsabilidade permanente de prevenir, acolher e intervir diante de um agravo que permanece profundamente associado às desigualdades sociais e às fragilidades do cuidado em saúde mental.

Referências

- ADORJAN, K.; STUBBE, H. C. Insight into the long-term psychological impacts of the COVID-19 pandemic. *European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience*, Berlin, v. 273, n. 2, p. 287-288, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00406-023-01599-6>.
- ALVES PÉREZ, R.; DA ROSA PAULA, S.; MENEZES, G. Condicionantes econômicos das taxas de suicídio: uma abordagem em painel dinâmico espacial para as microrregiões do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 316-337, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54766/rberu.v17i3.1016>. Disponível em: <https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/1016>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- BAERE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. O gênero no comportamento suicida: uma leitura epidemiológica dos dados do Distrito Federal. *Estudos de Psicologia* (Natal), Natal, v. 23, n. 2, p. 168-178, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20180017>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000200008. Acesso em: 15 maio 2026.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico: mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, v. 55, n. 4, fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-04.pdf>. Acesso em: 15 maio 2026.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação n. 4, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre as condições e os procedimentos para a vigilância em saúde, inclusive a notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 out. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.271, de 6 de junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jun. 2014.
- BULHÕES, J. D. P. et al. Adolescent suicide attempts in Brazil and impact of COVID-19 pandemic: a temporal analysis. *PLOS Global Public Health*, v. 6, n. 2, e0005478, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pgph.0005478>.
- CRUZ, N. P. S.; SILVA, M. C. da; SANTOS, H. L.; OLIVEIRA, C. M. de. Preenchimento da ficha de notificação compulsória de violência interpessoal e autoprovocada: desafios enfrentados pelo profissional de saúde. *Revista Hum@nae*, Recife, v. 13, n. 2, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/687>.
- DA SILVA, D. A.; MARCOLAN, J. F. Suicide attempts and suicide in Brazil: an epidemiological analysis. *Florence Nightingale Journal of Nursing*, v. 29, n. 3, p. 294-302, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5152/fnjn.2021.2103sl>.
- DE BAÉRE, F. Registro de tentativa de suicídio no Distrito Federal: uma realidade subnotificada. *Interação em Psicologia*, Curitiba, v. 23, n. 1, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.5380/psi.v23i1.51144>. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/51144>. Acesso em: 16 maio 2026.

FERREIRA, D. A. et al. Prescrição e dispensação de benzodiazepínicos em tempos de pandemia da COVID-19 no Brasil. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, v. 14, e11460, 2022. DOI: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v14.11460>. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/11460>. Acesso em: 15 maio 2026.

FRAZÃO, L. F. N. et al. Perfil epidemiológico dos casos notificados de intoxicação exógena no Brasil. *Revista Aracê*, v. 7, n. 2, p. 7666-7677, 2025.

FREITAS, F.; AMARANTE, P. *Medicalização em Psiquiatria*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. 148 p. ISBN: 9788575414989. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415788>. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8tz73>.

GARCIA, L. P. et al. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, n. 4, e2020186, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1679-49742020000400019>. Acesso em: 2 dez. 2020.

GUIMARÃES, R. B. et al. Aumento do uso de psicotrópicos durante a pandemia da COVID-19: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 12, p. 1690-1702, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n12p1690-1702>. Acesso em: 15 maio 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico do Brasil de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEAL, R. P.; MIRANDA, L. R.; SANTOS, G. B. Risks of self-medication in young people with insomnia. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 13, n. 9, p. e7313946721, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i9.46721>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/46721>. Acesso em: 10 maio 2025.

LIMA, M. B. de; SILVA, C. M. da. O aumento do uso de psicofármacos durante a pandemia no Brasil: revisão da literatura. *Research, Society and Development*, v. 13, n. 11, e60131147359, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i11.47359>. Acesso em: 15 maio 2026.

MALKO DE BOMFIM, A.; CARNEIRO, G. L. da S.; MICHELS, M. de S. Impactos do isolamento social durante a pandemia de Covid-19 na saúde mental: uma revisão sistemática. *Psicólogo InFormação*, [S. l.], v. 24, n. 24, p. 5-13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15603/2176-0969/pi.v24n24p5-13>. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/psicologoinformacao/article/view/506>. Acesso em: 16 mar. 2025.

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *COVID-19 Epidemiological Update*, Edition 176. Genebra: WHO, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/ceu176.pdf>. Acesso em: 15 maio 2026.
- SANTOS, H. P. B. O impacto das redes sociais na saúde mental de jovens brasileiras durante a pandemia de COVID-19. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.
- SANTOS, I. N. dos; BLACK, T. L. de P.; SILVA, K. V.; SANTOS, C. da F. B. F. O racismo estrutural e seu impacto na saúde do adolescente afrodescendente brasileiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 34, e34025, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434025pt>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2024.v34/e34025/>. Acesso em: 15 maio 2026.
- SILVA, Isaac Gonçalves da; MARANHÃO, Thatiana Araujo; SILVA, Taynara Lais; SOUSA, George Jó Bezerra; LIRA NETO, José Claudio Garcia; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Diferenciais de gênero na mortalidade por suicídio. *Rev Rene*, v. 22, e61520, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20212261520>. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/rene/article/view/61520>. Acesso em: 24 mai. 2026.
- SOARES, A. B. et al. Tentativas de suicídio por intoxicação exógena no Brasil, 2012-2022: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 38, p. 1-13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5020/18061230.2025.14865>.
- SOUZA, L. G. de; MACIEL, J. F.; SANTOS, J. C. de S.; BATISTA, M. L. Q. Tendência de suicídio no Brasil de 2011 a 2020: foco especial na pandemia de Covid-19. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 46, e212, 2022. Disponível em: <https://scielosp.org/article/rpsp/2022.v46/e212/pt/>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- VASSILIEVITCH, A. C. et al. Intoxicações exógenas por medicamentos no Brasil: uma análise espaço-temporal entre 2008 e 2022. *Saúde em Redes*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 4689, 2025. DOI: <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2025v11n2.4689>. Disponível em: <https://revista.redeunida.org.br/index.php/rede-unida/article/view/4689>. Acesso em: 15 maio 2026.
- VELEDAR, E.; BABIĆ, Ž.; MACAN, J. Poisoning with biocidal products before and after the COVID-19 pandemic: report from the Croatian Poison Control Centre. *Archives of Industrial Hygiene and Toxicology*, v. 76, 2025. DOI: <https://doi.org/10.2478/aiht-2025-76-4059>. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12772482>. Acesso em: 15 maio 2026.
- YIP, P. S. F. et al. Association between means restriction of poison and method-specific suicide rates: a systematic review. *JAMA Psychiatry*, v. 79, n. 3, p. 251-260, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1001/jamapsychiatry.2021.3891>. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8727039>. Acesso em: 15 maio 2026.
- ZHOU, Z.; MOHAMED, F. Pharmacist gatekeeper interventions for suicide prevention: how evidence from developed countries support their role in low- and middle-income

countries. *Frontiers in Psychiatry*, v. 15, p. 1508621, 2025. DOI:
<https://doi.org/10.3389/fpsy.2024.1508621>. Disponível em:
<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11810978>. Acesso em: 15 maio 2026.